

**Relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO.
A visita de Amadou-Matar M'Bow a Portugal em agosto de 1977**

**Diplomatic relationships between Portugal and UNESCO.
Amadou-Mahtar M'Bow travel to Portugal in August 1977**

RAQUEL VALENTE DOS SANTOS
Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE
raquelvalentedossantos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5727-4406>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 31/05/2021

Abstract

With the democratization of Portuguese society and the decolonization process started, efforts were made to reinforce Portugal's presence in the international community.

Portugal returned to UNESCO in 1974, after having abandoned the status of a Member State in 1972, following the approval by UNESCO, of a set of resolutions condemning its colonial policy.

Using archival documentation, namely the Historical-Diplomatic Archives, and the Oliveira Salazar Archive, as well as by consulting Portuguese journals, the article focuses on the relevance of the visit by UNESCO Director-General, Amadou-Mahtar M'Bow, Portugal in 1977, seeking to verify which contacts were established and progress in areas under the domain of the international organization.

Keywords: Amadou-Mahtar M'Bow; United Nations; Portuguese Foreign Policy; Portugal; UNESCO.

Resumo

Com a democratização da sociedade portuguesa e iniciado o processo de descolonização, procurou-se reforçar a presença de Portugal junto da comunidade internacional.

Portugal regressa à UNESCO em 1974, após ter abandonado o estatuto de Estado-Membro no ano de 1972, em sequência da aprovação, por parte da UNESCO, de um conjunto de resoluções condenando a sua política colonial.

Através do recurso a documentação de arquivo, nomeadamente, do Arquivo Histórico-Diplomático, e Arquivo Oliveira Salazar, bem como pela consulta de periódicos portugueses, o artigo centra-se na relevância da visita do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, a Portugal em 1977, procurando-se verificar quais os contactos estabelecidos, e os progressos alcançados em áreas sob domínio da referida organização internacional.

Palavras-chave: Amadou-Mahtar M'Bow; Nações Unidas; Política Externa Portuguesa; Portugal; UNESCO.

Introdução

Segundo Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, “o surgimento das organizações internacionais constitui um dos factos mais marcantes da história das relações internacionais no século XX”.¹

Após o término da Segunda Guerra Mundial, tendo como finalidade “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra” foi estabelecida a 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU). Com o objetivo de “manter a paz e a segurança internacionais”, através da existência de “medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar as ameaças à paz e reprimir os actos de agressão”², a Carta atribuiu às Nações Unidas, através de organizações especializadas, “o objectivo de promover a cooperação internacional no campo económico, social, cultural, educacional, de saúde e conexos.”³

Em contexto multilateral, a cooperação intelectual foi concebida como um dos aspetos mais importantes do sistema das Nações Unidas. No seguimento dessa prioridade, a 4 de novembro de 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi assim fundada. Enquanto agência internacional, a UNESCO dedica-se a contribuir para a paz e a segurança mundiais incentivando a colaboração entre as nações e defendendo uma paz baseada “na solidariedade intelectual e moral da humanidade.”⁴

Desde a sua criação, a organização tornou-se uma das principais agências das Nações Unidas com alcances em diversos domínios. Apesar de fundada em 1946 conclui-se que a ideia de formar um organismo de cooperação intelectual remonta aos anos 1920, com a criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, que vigorou entre 1922 e 1946⁵. Entre as décadas 1920 a 1940, o Instituto criou vários Centros que se dedicaram a analisar variadas questões, de que são exemplos: os intercâmbios universitários, a educação de adultos, a divulgação de estudos em áreas como a ciência, a matemática, a biologia

¹ Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, 2004, p. 17.

² Preâmbulo da Carta das Nações Unidas (1945), (http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp, consultado em 2020.02.10).

³ Artigo 57 da Carta das Nações Unidas (1945), (http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp, consultado em 2020.02.10).

⁴ Artigo Primeiro da Constituição da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020-02-10).

⁵ Jean-Jacques Renoliet, “L’existence de L’OCI: Une Longue Maturation Pour Une Rapide Disparition” in *L’UNESCO Oubliée. La SDN et la Coopération Intellectuelle (1919-1946)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999, p.11-76.

e a física, a livre circulação de obras, e por fim, a questão da proteção dos direitos de autor⁶.

Desde 1946, a organização tem-se dedicado a desenvolver iniciativas no domínio das ciências sociais, da cultura e da educação, as quais são transmitidas e implementadas nos Estados-Membros, verificando-se um forte impacto nas mentalidades junto das populações que as adotam⁷.

Apesar dos sucessos alcançados, a localização da sede em Paris e o papel importante dos Estados europeus na organização conduziram a que muitas das suas ações, durante os seus primeiros anos, se concentrassem, essencialmente, no continente europeu, tendência que se alterou a partir da década de 1970, em que as atividades da organização universalizaram-se⁸. No entanto, alguns estudos apontam para um conjunto de falhas da UNESCO, que continuam a persistir, nomeadamente: demasiada burocracia e tensões entre os membros, relativamente às nomeações de cargos, a escolha dos locais onde as conferências devem ser realizadas, e os idiomas a serem utilizados⁹.

Sobre a participação portuguesa na UNESCO conclui-se que desde a fundação da organização, o Governo português refletiu sobre as vantagens e as desvantagens inerentes à nossa participação. Depois de muitas hesitações, Portugal solicitou a adesão no ano de 1965, com o objetivo “de minorar as críticas de que vinha a ser alvo no seio daquela organização” e de participar como “membro de pleno direito nas reuniões e conferências gerais da UNESCO.”¹⁰.

Infelizmente, devido às fortes pressões da organização sobre a política colonial portuguesa, o Governo português decidiu abandonar o estatuto de membro em 1972. Já depois da instauração da democracia portuguesa, a ação da delegação portuguesa na UNESCO sob liderança de Maria de Lourdes Pintasilgo entre os anos de 1975 e 1981 não teve dificuldades de maior em afirmar-se junto da organização, (re)estabelecendo as ligações diplomáticas com os restantes Estados-Membros e participando, ativamente, nas diversas iniciativas da UNESCO¹¹.

⁶ Fernando Valderrama, “Historical Background” in *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO, 1995, p.1-17.

⁷ Poul Duedahl, *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2016.

⁸ Chloé Maurel, “L’UNESCO entre Européocentrisme et Universalisme (1945 - 1974)”, *Les Cahiers Irice*, 9 (2012), p. 61-66.

⁹ Chloé Maurel, *Historie de l’UNESCO : Les Trente Premières Années 1945-1974*, Paris, L’Harmattan, 2010.

¹⁰ Luís Nuno Rodrigues, “Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946 - 1965)”, *Relações Internacionais*, 12, (2006), p. 179.

¹¹ Raquel Valente dos Santos, *Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO (1975-1981)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Especialidade de Política,

Sendo a UNESCO uma agência especializada das Nações Unidas, as relações de Portugal com a organização permaneceram, sobretudo entre a década de 1960 até à instauração da democracia em Portugal, interligadas às relações portuguesas com a ONU e com a questão colonial portuguesa. Num primeiro momento, logo após a criação das Nações Unidas, verificou-se por Oliveira Salazar, um forte interesse que Portugal integrasse o sistema das Nações Unidas, tentando recolher a máxima informação, nomeadamente, junto das embaixadas portuguesas em Londres e nos Estados Unidos¹². Essa pretensão rapidamente foi substituída por fortes reservas, nomeadamente, pelos constrangimentos que uma adesão a uma organização multilateral, com a dimensão da ONU, poderia representar. As Nações Unidas representam valores democráticos, defendendo a independência e autodeterminação dos territórios colonizados, enquanto Portugal mantinha-se intransigente em abdicar do seu império colonial¹³. Após uma primeira tentativa de adesão a 2 de agosto de 1946, vetada pelo voto soviético, Portugal tornou-se membro de pleno direito da ONU, somente, a 14 de dezembro de 1955¹⁴.

Com a adesão às Nações Unidas, o colonialismo português ganhou maior visibilidade, sendo Portugal confrontado, constantemente, pela manutenção de um império colonial, quando “impérios mais poderosos se haviam desintegrado.”¹⁵. Ao longo da década de 1960, a ONU adotou, nitidamente, um espírito anticolonialista, com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de três resoluções (1514, 1541 e a 1542) que condenavam a política colonial portuguesa e defendiam a independência e autodeterminação dos territórios em África sob o seu domínio. Mesmo perante as constantes condenações internacionais, o Governo português mantinha-se intransigente “a um velho sonho do passado: conservar um império colonial solidamente amarrado à metrópole.”¹⁶.

Só com o reconhecimento e declaração oficial do regime português da independência dos territórios africanos, após a promulgação da Lei 7/74, o

Cultura e Cidadania, Lisboa, ISCTE, 2018, p. 43-50.

¹² David Castaño, “Portugal e a ONU. A Primeira Aproximação”, *Relações Internacionais*, 47 (2015), p. 14-19.

¹³ Fernando Martins, “A crise da Paz -Portugal e a Organização das Nações Unidas. Das Origens à Admissão (1945-1955)”, *Relações Internacionais*, 47 (2015), p. 53.

¹⁴ Sobre o assunto ver: José Calvet de Magalhães, *Portugal e as Nações Unidas: A Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 1996.

¹⁵ Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, 2005.

¹⁶ António Duarte Silva, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*. Vol. XXX (1995), p. 38.

fortalecimento de ligações diplomáticas com as organizações internacionais, de que é exemplo a UNESCO, foi possível.

O presente artigo analisa em que medida a proximidade à UNESCO foi relevante para o Governo português após a instauração da democracia, e de que importância se revestiu a visita do Diretor-geral da organização a Portugal em agosto de 1977, no fortalecimento dessa relação. Pretende-se responder às seguintes questões: como surgiu o convite para Amadou-Mahtar M'Bow visitar Portugal? Com que personalidades portuguesas reuniu durante a sua estadia em Lisboa? Quais os principais temas debatidos, durante as conversações realizadas? Quais os progressos verificados em Portugal nas áreas sob domínio da UNESCO?

Para uma melhor compreensão optou-se por dividir o artigo em três partes. Depois do capítulo introdutório, uma primeira secção, onde se contextualizam as relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO desde a criação da organização, às motivações da candidatura a Estado Membro em 1965, até à opção portuguesa de abandonar a UNESCO em 1972. Ainda nesta secção analisam-se as motivações e os procedimentos realizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para o regresso à organização ainda no ano de 1974 procurando-se esclarecer os principais objetivos da Missão Permanente em Paris. Por fim, a segunda secção dedica-se à visita de Portugal de Amadou-Mahtar M'Bow, nomeadamente, os locais visitados, as personalidades com que reuniu durante a sua estadia, os principais debates e alcances verificados. O artigo termina com as conclusões a que o estudo permitiu-nos alcançar.

Além de bibliografia de apoio, as conclusões apresentadas baseiam-se em documentação de arquivo, nomeadamente, o fundo de Repartição das Relações Culturais externas, consultado no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Arquivo Oliveira Salazar e a documentação consultada, digitalmente, pelo Arquivo da UNESCO, bem como pelos National Archive. De mencionar a consulta de periódicos portugueses, nomeadamente o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, *A Capital*, o *Jornal Novo* e o *Primeiro de Janeiro*.

Portugal na UNESCO (1946-1974)

Após a criação da UNESCO em novembro de 1946, o Governo português considerou, desde o primeiro momento, a possibilidade de candidatura a Estado-Membro da organização como um “um mecanismo compensatório do desaire sofrido na ONU”¹⁷.

¹⁷ Luís Nuno Rodrigues, “Da criação da UNESCO...”, cit., p. 168.

Antes de avançar com uma proposta, o Chefe de Estado português, António de Oliveira Salazar, decidiu aconselhar-se, em novembro de 1946, junto de Júlio Dantas, ex-representante de Portugal no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Rapidamente, Júlio Dantas alertou-o que Portugal, não sendo à data membro da ONU, só poderia tornar-se membro da UNESCO, conforme o Ato Constitutivo da organização, “mediante recomendação especial do Conselho Executivo e voto de dois terços dos membros da Conferência Geral da UNESCO.”¹⁸. Com receio de não recolher os votos necessários, e de modo a evitar um novo veto internacional, Oliveira Salazar optou, durante os anos quarenta e cinquenta, por uma “estratégia de desvalorização das instituições associadas à ONU”¹⁹, onde se incluía as suas agências especializadas, nomeadamente, a UNESCO.

De referir, que apesar do veto na ONU, ainda na década de 1940, Portugal conseguiu integrar-se em alguns projetos internacionais, nomeadamente, em julho de 1947 foi convidado para participar no Plano Marshall, e em abril de 1949, foi membro fundador da NATO. A nível bilateral, destacou-se o acordo com os Estados Unidos no ano de 1947, sobre a utilização das bases das Lajes nos Açores, pelos americanos²⁰. Estes acontecimentos acabaram por contribuir para a inclusão portuguesa na comunidade internacional, “atenuando” o insucesso ocorrido junto das Nações Unidas.

Durante a década de 1950, e mesmo após a entrada nas Nações Unidas a 14 de dezembro de 1955, o Governo português mantinha-se inalterável na sua posição de manter-se afastado da UNESCO, justificando a sua posição pela “excessiva proliferação de organismos internacionais que consomem atividades sem fornecer rendimento correspondente”, procurando o Governo Português concentrar a sua “atenção e participação só em alguns organismos que mais interesse nos apresentem e ainda aqui a UNESCO não está contemplada.”²¹.

É necessário compreender que a política externa portuguesa tinha como prioridade central a manutenção da política colonial, a qual em virtude do

¹⁸ Arquivo Histórico Diplomático, (doravante AHD), RNP, M. 679, Carta de Júlio Dantas para Oliveira Salazar, 22 novembro de 1946.

¹⁹ AHD, RNP, M. 679, Nota de Oliveira Salazar, 28 janeiro de 1947.

²⁰ Sobre o assunto ver: António José Telo, *Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996; Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-Americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: Os Estados Unidos e os Açores 1939-1948*, Lisboa, Prefácio, 2005.

²¹ AHD, RNP, 2.º P, A-3, M. 679, Relato da Conversa entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, e Paulo Carneiro, Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, 1952.

movimento descolonizador iniciado após 1945, passou a ser discutida com frequência na comunidade internacional. Consequentemente, com a entrada de Portugal nas Nações Unidas em 1955, os países africanos com forte representação na Assembleia Geral da ONU exigiram a descolonização e independência das colônias sob domínio português²².

Em dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprovou três resoluções que marcavam, com evidência, a sua posição anticolonial: a Resolução 1514, que condenava todas as formas de colonialismo e declarou que “todos os povos têm direito à livre determinação”; a Resolução 1541, que especificou o critério de definição de um território não autônomo; e por fim, a Resolução 1542, que apresentava uma lista de territórios considerados não autônomos, na qual constavam Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa e o restante do Estado Português da Índia, Macau e Timor²³.

Os novos desenvolvimentos internacionais, em clara condenação da política colonial, conduziram a que o Governo português decidisse, através do Decreto-Lei n.º 44.017 de 8 de fevereiro de 1961, nomear um observador junto da UNESCO. Para os representantes portugueses, a participação portuguesa nas atividades da organização poderia ser útil e ajudar a esclarecer algumas dúvidas sobre “a nossa cultura, sistemas de ensino e criações intelectuais, científicas e artísticas.”²⁴.

A presença de Portugal como observador, rapidamente, trouxe grande contestação, sendo negado o direito de intervir nos debates ao observador português, Manuel de Anselmo Castro²⁵, e em julho de 1963 foi aprovada uma moção proposta pelos países africanos, para excluir a participação portuguesa em todas as reuniões da organização²⁶.

Em novembro de 1964, o Governo português decidiu, finalmente, candidatar-se a membro da UNESCO. O embaixador de Portugal em Londres, Manuel Rocheta, esclareceu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, que conforme o artigo segundo da Constituição da UNESCO, “todos os Estados-Membros das Nações Unidas têm o direito de se tornarem membros da

²² Carlos Santos Pereira, “Portugal e as Nações Unidas” in Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, 2005, p. 154.

²³ General Meeting Resolutions (1960), (<http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/15>, consultado em 2021.05.01).

²⁴ AHD, RNP, M. 683 A, Decreto-Lei No. 44 017, 8 fevereiro de 1961.

²⁵ Manuel Anselmo de Castro foi nomeado Observador Permanente de Portugal junto da UNESCO em novembro de 1961, exercendo funções até 1964.

²⁶ AHD, RNP, M. 685, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 25 fevereiro de 1964.

UNESCO”. O embaixador explicou a Franco Nogueira²⁷, que bastava Portugal aceitar o documento de aceitação da Convenção de 1945, no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Londres, para ser considerado membro da organização “a partir do dia em que o Director-geral recebe a notificação do depósito do referido documento.”²⁸.

A 11 de março de 1965 Portugal tornou-se o 119.º membro da UNESCO. Na perspetiva portuguesa, o estatuto de membro traria vários benefícios para Portugal “desde a muito importante colaboração técnica e científica, ao grande apoio financeiro da organização para o desenvolvimento de várias iniciativas nacionais.”²⁹. Por outro lado, a adesão tinha como principal objetivo frustrar a Resolução 1.116 aprovada na 13.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO que subordinava, unicamente, “o endereçamento dos convites para as conferências convocadas pela UNESCO a membros da organização.”³⁰.

O estatuto de Estado-Membro não diminuiu a intensidade das críticas contra Portugal. No Ato Constitutivo da UNESCO foi definido que “a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua.”³¹. Nesse sentido, a organização adotou uma postura, fortemente, anticolonialista, o que ficou demonstrado no conjunto de resoluções adotadas pela UNESCO, entre os anos de 1966 a 1970.

No ano de 1966, durante a sua 14.ª Sessão, a Conferência Geral da UNESCO aprovou a Resolução XI que defendia a ausência de assistência a Portugal, à República da África do Sul e à Rodésia no domínio da educação, ciência e cultura, e a não participação destes países em atividades da UNESCO, até “renunciarem à política de dominação colonial e discriminação racial.”³².

Dois anos depois, na sua 15.ª Sessão, a UNESCO endureceu a sua posição contra a política colonial portuguesa, com a aprovação de mais duas resoluções: a Resolução 9.12, que considerava os regimes coloniais e todas as formas de

²⁷ Ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 4 de maio de 1961 a 6 de outubro de 1969.

²⁸ AHD, CLT, M. 410, Carta de Manuel Rocheta para Marçal de Almeida, 25 novembro de 1964.

²⁹ Arquivo Oliveira Salazar, CO/NE-26, PT 09, Carta do Observador Português junto da UNESCO, Manuel Anselmo Castro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, 30 janeiro de 1962.

³⁰ AHD, CLT, M. 410, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10 de novembro de 1970.

³¹ Acto Constitutivo da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/> , consultado em 2020.30.10).

³² AHD, CLT, M. 410, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10 de novembro de 1970.

discriminação racial “uma ameaça à paz e segurança internacionais, e um crime contra a humanidade”; e a Resolução 9.14, que convidava os Estados-Membros da organização a suspenderem toda a cooperação com Portugal no domínio da educação, ciência e cultura, solicitando ao Diretor-geral o aumento da ajuda e da assistência aos refugiados africanos de territórios ainda sob domínio português³³.

Por fim, em 1970, a 86.^a Sessão do Conselho Executivo da UNESCO definiu que Portugal continuaria sem receber convites para as conferências convocadas pela organização e determinou a “assistência a populações e organizações nas regiões dos territórios já libertados.”³⁴

Na sequência da pressão realizada pela UNESCO contra a sua política colonial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Patrício³⁵, em carta de 18 de junho de 1971, informou o Diretor-geral que Portugal decidiu retirar-se da organização. Por conseguinte, René Maheu³⁶ informou os restantes membros da saída portuguesa, e que o Delegado português cessava as suas funções em junho de 1971³⁷.

Após a Revolução de abril de 1974, uma das grandes prioridades da nova Política Externa portuguesa³⁸ foi a vontade de cooperar com organismos multilaterais, e garantir a plena inserção de Portugal no sistema internacional. Com o reconhecimento oficial do Governo português do direito dos povos à sua autodeterminação e independência, através da promulgação da Lei 7/74, Portugal encontrava-se, finalmente, disponível para reforçar as relações bilaterais e negociar com as organizações internacionais.

Numa conferência de imprensa realizada no Palácio das Necessidades, em setembro de 1974, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares³⁹,

³³ “Actes De La Conférence Générale Quinzième Session- Résolutions” (1968), (<https://unesdoc.unesco.org/home>, consultado em 2020.22.12).

³⁴ AHD, CLT, M. 166, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 24 outubro de 1970.

³⁵ Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de janeiro de 1970 a 25 de abril de 1974.

³⁶ Diretor-geral da UNESCO entre 1961 e 1974.

³⁷ “Report of the Director-General on The Activities of The Organization” (1971), (<https://unesdoc.unesco.org/home> consultado em 2020-21-12).

³⁸ Sobre a política externa portuguesa após o 25 de abril de 1974 ver: Nuno Severiano Teixeira, “O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, 1 (2004) p. 5-12; José Medeiros Ferreira, “O 25 de Abril no Contexto Internacional”, *Relações Internacionais*, 2 (2004) p.143-158; António Costa Pinto, “Da África a Europa” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 414-420; Tiago Moreira de Sá, *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

³⁹ Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de maio de 1974 a 26 de março de 1975 e posteriormente de 12 outubro de 1977 a 30 janeiro de 1978.

reforçou que com a democratização, o Governo português adotou uma posição “radicalmente anticolonialista e anti-racista”, e que pretendia “ser activo na sua participação em organismos internacionais que tivessem recomendação económica e técnica.”⁴⁰.

Especificamente sobre a UNESCO, em carta datada de 30 de agosto de 1974, Mário Soares notificou o Diretor-geral da UNESCO, René Maheu, sobre a intenção portuguesa de regressar à organização, bem como o seu compromisso de “cumprir, fielmente, todas as estipulações contidas no Ato Constitutivo.”⁴¹. Nas palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros, esse regresso permitiria “uma cooperação leal e frutuosa, pautada pelos nobres ideais da UNESCO.”⁴².

Uma questão relevante a resolver após o regresso português à UNESCO, prendia-se com as dívidas portuguesas à organização. Segundo o Ato Constitutivo da UNESCO, a “notificação de saída em nada modifica as obrigações financeiras do Estado para com a Organização à data em que a mesma se torna efectiva.”⁴³. Consequentemente, Portugal ficou devedor de uma quantia de \$169.123.50, correspondente aos períodos de 1969-1970 e 1971-1972, quantia, que por decisão do governo da altura, não foi paga.

O pagamento da referida quantia devia ser realizado com toda a urgência, sendo que no mês seguinte, em outubro de 1974, realizar-se-ia a 18.^a Conferência Geral da UNESCO e um membro “cujo total das contribuições em atraso exceda a soma das contribuições correspondentes ao ano em curso e ao ano civil que, imediatamente, o precedeu”⁴⁴, ficava sem exercer o seu direito de voto. Perante essa situação, Portugal saldou a dívida, mediante cheque enviado ao Diretor-geral da UNESCO, a 10 de outubro de 1974.

Durante a 18.^a Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris, Portugal regressou, formalmente, à organização, sendo acolhido com satisfação pelos demais Estados-Membros⁴⁵. A delegação portuguesa foi chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura, Magalhães Godinho, que ao longo da conferência

⁴⁰ Mário Soares, *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974, p. 8-9.

⁴¹ AHD, CLT, M. 411 A, Carta de Mário Soares para René Maheu, 30 agosto de 1974.

⁴² AHD, CLT, M. 411 A, Nota de Fernando de Magalhães Cruz, 26 setembro de 1974.

⁴³ Artigo Segundo da Constituição da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020.30.10).

⁴⁴ Artigo Quarto da Constituição da UNESCO (1946), (<http://www.unesco.org/new/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>, consultado em 2020.30.10).

⁴⁵ César Oliveira, “O 25 de Abril na Abertura da Política Externa Portuguesa”, *Portugal dos Quatro Cantos do Mundo à Europa. A Descolonização, 1974-1976*, Lisboa, Cosmos, 1996, p. 66.

reforçou a importância de Portugal “recuperar o seu lugar” na organização, após uma “saída voluntária” decidida pelo regime anterior⁴⁶.

No seguimento do pedido realizado pelo Ministro português, o IV Comité da UNESCO, numa reunião realizada a 5 de dezembro de 1974, informou as agências especializadas das Nações Unidas que reiniciassem a cooperação com Portugal, e prestassem toda a assistência possível aos povos que estiveram sob o seu domínio colonial. Salientava-se, que Portugal “passou da categoria de regime racista e colonialista”, para um regime que aceita e “válida a descolonização.”⁴⁷.

A 30 de junho de 1975, o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, através do Decreto-Lei 329/75, proclamou a criação em Paris de uma Missão Permanente junto da UNESCO, dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “com o desejo de intensificar e melhorar” as relações portuguesas com a organização⁴⁸.

Ainda em setembro do mesmo ano, em carta enviada ao Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow⁴⁹, Ernesto Melo Antunes⁵⁰, responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, informou que o Governo português nomeou Maria de Lourdes Pintasilgo como delegada responsável pela Missão Permanente junto à UNESCO⁵¹. Para apoio da Missão em Paris procedeu-se à criação de um Grupo de Trabalho Preparatório da futura Comissão Nacional da UNESCO. Este grupo seria responsável por estudar a experiência de outros países, e recolher as informações necessárias “para propor o modelo de constituição e funcionamento da Comissão Nacional da UNESCO.”⁵².

A Missão Permanente definiu como objetivos, assegurar o contacto dos portugueses com outras culturas “afirmando-se na sua própria identidade” e contribuir e participar, ativamente, na organização. Uma das prioridades era

⁴⁶ National Archives and Records Administration (doravante NARA), Telegrama da Embaixada em Lisboa para o Secretário de Estado em Washington, 18 outubro de 1974.

⁴⁷ NARA, Telegrama da Missão Americana junto das Nações Unidas para o Secretário de Estado em Washington, 6 dezembro de 1974.

⁴⁸ Diário do Governo nº 148, 30 de junho de 1975 (<https://dre.pt/>, consultado em 2021.04.01).

⁴⁹ Sucedendo René Maheu, foi nomeado para o cargo de Diretor Geral da UNESCO em 1974, cargo que ocupou até 1987.

⁵⁰ Assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros entre 26 de março de 1975 a 8 agosto de 1975.

⁵¹ Sobre o percurso de Maria de Lourdes Pintasilgo recomendam-se as leituras: Luísa Beltrão e Barry Katton, *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História, 2007; Maria Reynolds de Souza, “Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo” in João Esteves e Zília Osório de Castro (Dir.), *Feminae. Dicionário Contemporâneo*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013, p. 587-594.

⁵² AHD, CLT, M. 414, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo para José Medeiros Ferreira, 17 dezembro de 1976.

o restabelecimento dos contactos com as ex-colónias, prevendo-se o envio de técnicos de língua portuguesa a Guiné e a Moçambique, preencher a quota de portugueses na UNESCO, através da seleção dos mais competentes, e por fim, participar em todas as reuniões da organização⁵³.

Enquanto membro da UNESCO, a participação portuguesa a partir de 1975 foi ativa e competente. De referir, o contributo da delegação portuguesa em importantes debates, nomeadamente, na 19.ª Conferência Geral de Nairobi, em 1976, com enfoque nos meios de comunicação. A contribuição portuguesa foi tão relevante, que várias delegações de outros países apoiaram as críticas e sugestões feitas por Portugal, e quando foram realizadas eleições para os membros do Conselho Executivo, a delegada portuguesa, Maria de Lourdes Pintasilgo foi eleita, obtendo um total de 122 votos⁵⁴.

As relações diplomáticas com a UNESCO, progressivamente, fortaleceram-se, e cabe nesse sentido mencionar, como exemplo, a visita em agosto de 1977, do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, a Portugal.

Amadou-Mahtar M'Bow em Portugal

A 8 de julho de 1977, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, José Manuel de Medeiros Ferreira, foi informado por Maria de Lourdes Pintasilgo de que foi sugerida, a convite da Missão Portuguesa em Paris, uma visita do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow a Lisboa.

Dias depois, a dia 26 de julho, a Missão Permanente referiu que a visita de Amadou-Mahtar M'Bow teria a duração de três dias, chegando a Lisboa na tarde do dia 7 de agosto, e partindo no dia 10 do mesmo mês para férias em Espanha. Nestas circunstâncias, e sendo a visita decorrente de um convite do Governo português, caberia a Portugal financiar todas as despesas de estadia. Nesse sentido, a Missão Portuguesa solicitou junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o financiamento necessário para toda a estadia e execução do programa da visita do Diretor-geral da UNESCO, o qual foi, desde logo, aprovado.

Maria de Lourdes Pintasilgo salientava o interesse político desta visita, recordando que o Diretor-geral da organização era uma personalidade que exprimia com frequência o seu “grande interesse e apoio a Portugal.”⁵⁵.

⁵³ AHD, CLT, M. 414, “Missão Permanente na UNESCO”, sem data.

⁵⁴ Raquel Valente dos Santos, *Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO...*, cit., p. 72.

⁵⁵ AHD, CLT, M. 473, Telegrama de Maria de Lourdes Pintasilgo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, 8 de julho de 1977.

Amadou-Mahtar M'Bow chegou ao aeroporto de Lisboa na tarde do dia 7 de agosto de 1977, acompanhado pelo Dr. John Labor, adjunto para o Desenvolvimento das Relações internacionais da UNESCO. O Diretor-geral da UNESCO foi recebido ainda no aeroporto pela embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo e por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No local, em declarações à imprensa portuguesa, Amadou-Mahtar M'Bow afirmou que Portugal desempenhava já um papel importante na UNESCO, e expressava a sua certeza de que “esse papel seria reforçado no futuro”⁵⁶. O Diretor-geral demonstrou ainda a sua satisfação pelo convite oficial do Governo português de “travar conversações sobre as relações de cooperação, actualmente, existentes com a UNESCO”⁵⁷.

Fig. 1 – Chegada de Amadou-Mahtar M'Bow a Lisboa.



Fonte: *Primeiro de Janeiro*, 9 de agosto de 1977, p. 5.

Maria de Lourdes Pintasilgo referiu-se a M'Bow como “a alma de todo o programa que se executa e se prepara na UNESCO”, declarando que a visita permitia “a antecipação de possíveis acordos e de realizações” com interesse para Portugal que se poderão fazer “sob égide da UNESCO.”⁵⁸. A embaixadora portuguesa considerou que a visita do Diretor-geral

⁵⁶ *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

⁵⁷ AHD, CLT, M. 474, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de agosto de 1977.

⁵⁸ *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1977, p. 3 e 11.

expressiu o reconhecimento, por parte da UNESCO, da “transformação radical de Portugal e da vontade inequívoca que houve para proceder à descolonização”⁵⁹.

No que concerne à visita, o dia 8 de agosto de 1977 iniciou-se com uma reunião com o Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira, no Ministério da Educação e da Investigação Científica. Ao Secretário de Estado, Amadou-Mahtar M’Bow, mostrou o seu interesse em ter toda a informação possível sobre os problemas portugueses em matéria de educação, de modo que a UNESCO pudesse colocar à disposição portuguesa, todo o seu apoio no domínio educativo. Este auxílio seria muito importante, num momento em que se verificava que em Portugal não foram ainda erradicados “os vícios do anquilosado e retrógrado regime pedagógico anterior ao 25 de Abril” e, simultaneamente, se procurava alargar o período de escolaridade obrigatória, o que teria as suas dificuldades, tendo em conta os programas, bem como as técnicas de ensino que esse alargamento implicava.

O campo das novas técnicas educacionais, desde o audiovisual ao ensino integrado, foram os principais temas debatidos na reunião de trabalho, entre o Diretor-geral e Tiago de Oliveira. As duas personalidades conversaram ainda sobre assuntos relacionados com a realização da Conferência Internacional da Educação, em Genebra, entre 30 de agosto e 8 de setembro de 1977, onde seriam analisadas as tendências de desenvolvimento, e os problemas de informação e documentação em matéria de educação, em todo o mundo⁶⁰. Durante a conversa, foram ainda abordadas outras importantes reuniões internacionais a efetuar nos próximos anos, nomeadamente, a Conferência Europeia sobre Políticas Científicas e Tecnológicas, e a Conferência das Nações Unidas sobre a Ciência e a Técnica do Desenvolvimento a qual teria lugar em 1979⁶¹. Amadou-Mahtar M’Bow, garantiu ao Secretário de Estado e da Investigação Científica, que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para que a cooperação entre a UNESCO e Portugal “se estreitasse cada vez mais”⁶².

⁵⁹ *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

⁶⁰ *O Primeiro de Janeiro*, 9 de agosto 1977, p. 5.

⁶¹ *Jornal Novo*, 8 de agosto 1977, p. 16.

⁶² AHD, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Matar M’Bow a Tiago de Oliveira, 19 de agosto de 1977.

Fig. 2 – Reunião de Amadou-Mahtar M'Bow com o Secretário de Estado e da Investigação Científica, Tiago de Oliveira.



Fonte: *Jornal Novo*, 8 de agosto de 1977, p. 16.

Depois da reunião, seguida de almoço com o Secretário de Estado da Investigação Científica, a tarde do dia 8 de agosto iniciou-se com uma visita do Diretor-geral ao Museu de Etnologia.

Acompanhado por elementos da sua comitiva, pela embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo, e pelo Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira, M'Bow foi recebido pelo Diretor do referido Museu, Ernesto Veiga de Oliveira, e pelo Vice-Presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica, César Viana.

A visita iniciou-se pela sala onde se encontrava patente, desde setembro de 1976, a exposição “Modernismo e Arte Negra Africana”, promovida pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Fundação Gulbenkian. Esta visita foi importante para demonstrar a ausência de peças nas restantes salas, completamente vazias “o que não deixa de constituir chocante contraste com as 26 mil peças que estão armazenadas”, apesar de catalogadas e preservadas na cave do edifício do Museu. A maioria das peças, muitas das quais raras, e de grande valor “encontravam-se guardadas em armários ou, precariamente, arrumadas em prateleiras”. A realização da visita demonstrou as dificuldades materiais do Museu, que refletiam “o desinteresse do Estado para com aquela instituição cultural”, que carecia “de toda a espécie de equipamento” não

podendo cumprir a função para que foi criada, e que por esse motivo “não passa de um edifício, decerto magnífico e funcional, mas vazio”.

Da visita de Amadou-Mahtar M’Bow ficou a esperança de que a UNESCO fornecesse ajuda material ao Museu de Etnologia, para que este possa cumprir as funções pedagógicas, artísticas e de investigação para que foi criado⁶³.

Fig. 3 – Visita de Amadou-Mahtar M’Bow ao Museu de Etnologia.



Fonte: *Jornal Novo*, 9 de agosto de 1977, p. 10.

O dia 8 finalizou-se com M’Bow a ser recebido pelo Presidente da República, Ramalho Eanes e pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, verificando-se um debate com as autoridades portuguesas sobre “os problemas da cooperação internacional no quadro da UNESCO, e da colaboração específica entre Portugal e a organização.”⁶⁴. Ao Presidente, Ramalho Eanes, M’Bow agradeceu a receção portuguesa durante a sua visita ao país, a qual “permitiu reforçar a sua convicção de que os laços de cooperação existentes entre Portugal e a UNESCO apenas se tornarão mais fortes no futuro”⁶⁵. Já a Mário Soares, o Diretor-geral referiu que a colaboração entre Portugal e a UNESCO “será da maior utilidade para a comunidade internacional.”⁶⁶.

⁶³ *Jornal Novo*, 9 de agosto de 1977, p. 10.

⁶⁴ *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

⁶⁵ AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Mahtar M’Bow a Ramalho Eanes, 19 agosto de 1977.

⁶⁶ AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Mahtar M’Bow a Mário Soares, 19 de agosto de 1977.

Fig. 4 – Reunião de Amadou-Mahtar M'Bow com o Presidente da República, General Ramalho Eanes.



Fonte: *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1977, p. 1.

Fig. 5 – Reunião de Amadou-Mahtar M'Bow com o Primeiro-ministro, Mário Soares.



Fonte: *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1977, p. 1.

Durante a manhã do dia 9 de agosto, o Diretor-geral da UNESCO realizou uma visita à Fundação Calouste Gulbenkian. A José de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação, Amadou-Mahtar M'Bow agradeceu o acolhimento nas instalações, indicando a enorme satisfação de ter oportunidade de conhecer melhor “as suas actividades e realizações, que lhe interessam em muito”, e demonstrando vontade de num futuro próximo desenvolver uma estreita cooperação entre a Fundação Gulbenkian e a UNESCO⁶⁷.

No entanto, o dia 9 ficou marcado pela reunião e almoço oficial⁶⁸ oferecido pelo Secretário de Estado da Emigração, José Lima. No discurso para o almoço com o Diretor-geral da UNESCO, o Secretário de Estado começou por referir que a sociedade portuguesa, após o 25 de Abril, “supõe uma abertura ao mundo”. Esses esforços traduziam-se não só no desenvolvimento das relações bilaterais com todos os países, mas também no “compromisso com as principais plataformas multilaterais”, imprescindíveis para a “construção da solidariedade internacional”. A cooperação de Portugal com a UNESCO iria, futuramente, basear-se no reconhecimento do papel do sistema das Nações Unidas para a manutenção da paz e da “compreensão internacional” bem como o papel da UNESCO como uma “entidade de diferentes culturas, garantidora dos valores”. Nas palavras de José Lima, a visita de Amadou-Mahtar M'Bow a Portugal simbolizava o reconhecimento de um Portugal “universalista”, integrado numa ordem internacional que “as Nações Unidas, e particularmente, a UNESCO, estão constantemente proclamando”. O Secretário de Estado da Emigração referiu-se a M'Bow, como um “Homem de cultura”, que impulsiona e realiza novas iniciativas no âmbito da investigação, pesquisa, educação e cultura⁶⁹.

A viagem a Portugal terminou com uma visita de automóvel por Alcobaça onde foi possível uma visita ao Mosteiro, passando por Óbidos e pela Nazaré, sempre com a assistência de um funcionário do protocolo⁷⁰. Amadow M'Bow partiu de automóvel para Espanha a 10 de agosto de 1977.

Durante a sua permanência em Lisboa, entre os dias 7 a 10 de agosto de 1977, em conversações realizadas com as diferentes personalidades com quem reuniu, Amadou-Mahtar M'Bow manifestou a intenção de estreitar os laços e

⁶⁷ AHD, CLT, M. 474, Carta de Amadou-Mahtar M'Bow a José de Azeredo Perdigão, 19 de agosto de 1977.

⁶⁸ Segundo o *Jornal Novo* de 10 de agosto de 1977, no almoço estiveram presentes, o Ministro do Estado, Henrique de Brós, os secretários de investigação científica, Tiago de Oliveira e Gomes Guerreiro, José de Azeredo Perdigão, bem como funcionários do Ministério Estrangeiro.

⁶⁹ AHD, CLT, M.452, Discurso do Secretário de Estado da Emigração, José Lima, 9 agosto 1977.

⁷⁰ AHD, CLT, M.474, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 29 de julho de 1977.

a cooperação entre Portugal e a UNESCO, definindo-se linhas prioritárias em áreas sob domínio da organização.

No domínio da Educação, com o Secretário de Estado da Investigação Científica apresentaram-se as linhas gerais da política educacional do Ministério, e definiram-se as áreas prioritárias, nomeadamente, o desenvolvimento da educação pré-escolar, a extensão da escolaridade obrigatória, e a reforma do ensino secundário e universitário. Para alcançar estes objetivos, a organização apostou na criação de cursos de formação para administradores de ensino, a nível central e regional, no lançamento de uma campanha nacional de alfabetização, que incluía a educação básica de adultos, e por fim, na criação de um centro nacional de animação cultural.

Algumas atividades de cooperação entre Portugal e a UNESCO, no domínio da educação foram realizadas, de que são exemplos, o estágio em França de dois técnicos do Instituto de Tecnologia Educativa ainda durante o ano de 1977, para aperfeiçoamento de técnicas de áudio visual. De referir que a secção de educação de adultos da UNESCO contactou com Portugal no sentido de esta produzir um relatório de todas as associações de cultura e de educação populares em funcionamento no nosso país.

A Divisão de Alfabetização e Desenvolvimento Rural concedeu ao Movimento Internacional da Juventude Agrícola e Rural Católica o montante de 5.800 dólares para um projeto de alfabetização na Madeira, e dois bolsheiros portugueses frequentaram o Instituto Internacional para o Planeamento do Ensino, durante os anos de 1977 e 1978.

Foram ainda realizadas várias visitas de funcionários da UNESCO, na qualidade de consultores, a Portugal e representantes portugueses participaram em diversas conferências sob a égide da UNESCO, nas quais tiveram ocasião de orientar a redação de recomendações no sentido dos nossos interesses, como o caso da educação de adultos, destacando-se o contributo do Conselho Científico da Missão Permanente, Alberto Melo, ou sobre o ensino de engenharia, com a participação de Luís Sousa Lobo, Conselheiro Científico nas reuniões de especialistas da UNESCO⁷¹.

A nível científico, a UNESCO comprometeu-se a ajudar Portugal no domínio da coordenação e reorientação da política científica, em projetos que o Governo português demonstrou interesse em participar, nomeadamente o Projecto Regional de Previsão Sismológica Ibero-Maghrébin, em que vários especialistas portugueses participaram em reuniões em Paris, Madrid e nos Açores, sendo esta última reunião organizada pelo governo português. Definiu-se ainda a realização

⁷¹ AHD, MNE, CLT M. 474, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, agosto 1977.

em Portugal no ano 1979, de um curso sobre engenharia para sísmica, sob a responsabilidade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Portugal participou no Programa Hidrológico Internacional, definindo-se uma missão a Portugal de um especialista da UNESCO, para a modernização e automatização da rede nacional de informação hidrológica. A organização forneceu apoio a dois projetos: o Projecto POR/75/016 de estudo científico das águas do estuário do Tejo, e o Projecto POR/77/015, relativo às águas da Península de Setúbal, para apresentação ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Uma área em que Portugal continuou a participar ativamente, foi a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, com o contributo do nosso delegado, Mário Ruivo⁷².

Em assuntos relativos ao ambiente, Portugal pretendia criar um Comité Nacional para participação no programa MAB-The Man And the Biosphere⁷³ com a maior brevidade. Foram definidas a realização de duas missões a Portugal de especialistas da UNESCO, para definição de níveis de qualidade do ambiente e para o estudo ecológico das zonas costeiras. A organização colocou à disposição portuguesa “a experiência dos seus especialistas em hidrologia, ciências marinhas, ecologia e gestão de projectos” para garantir a boa execução dos mesmos, bem como garantir o envolvimento português nas demais atividades científicas e tecnológicas que a organização realizava⁷⁴.

O Diretor-geral conversou também com as autoridades portuguesas sobre o desenvolvimento dos museus. Como mencionado anteriormente, Amadou-Mahtar M’Bow efetuou duas visitas: uma ao Museu de Etnologia de Lisboa, na qual a importância, a diversidade e a originalidade das peças constataram-se requerer “um esforço especial de pesquisa e uma assistência externa considerável”; e ao Museu de Alcobaça, que a seu ver justificava a criação de um centro de atividade cultural, propondo-se a UNESCO a subsidiar a ida de um consultor para estudar essa possibilidade.

De referir, a deslocação a Portugal, por um período de um mês, de um consultor do International Council of Museums⁷⁵, para estudar as possibilidades de desenvolvimentos dos museus portugueses, de Estremoz, Chaves e

⁷² Ver biografia sobre Mário Ruivo disponibilizada no Instituto dos Mares da Lusofonia (<http://www.imlusofonia.org/index.php/atividades/congresso-2008/moderadores/81-prof-dr-mario-ruivo>, consultado em 2021.05-01).

⁷³ Sobre o Programa MAB – The Man and the Biosphere ver: (<https://en.unesco.org/mab>, consultado em 2021.05.01).

⁷⁴ AHD, CLT, M.474, Aide Memoire, agosto 1977, p. 3.

⁷⁵ Sobre a missão do International Council of Museums ver (<https://icom.museum/en/>, consultado em 2020.20.12).

Guimarães, de modo a adaptar os programas e atividades desses museus às necessidades das populações locais.

A organização colocou ainda à disponibilidade portuguesa, a concessão de bolsas para a frequência de cursos, a realizar em Veneza, para formação de especialistas em conservação da pedra e restauração de locais históricos, bem como a elaboração de projetos destinados à identificação, proteção, conservação e restauração do seu património cultural. Por fim, a UNESCO disponibilizou ainda o seu auxílio, sob a forma de peritos, equipamento e participação financeira, em situações em que o património cultural, ou natural fosse deteriorado, ou se encontrasse em risco, devido a fenómenos naturais ou pela ação do Homem⁷⁶.

No que respeita ao desenvolvimento cultural, a UNESCO estava interessada, através do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura, em contribuir para a criação de um centro de desenvolvimento da cultura popular portuguesa. Para este projeto, o referido fundo colocou à disposição das autoridades portuguesas a importância de 7.000 dólares. O centro especializar-se-ia na recolha, assistência à produção, difusão, investigação, e possível comercialização dos diferentes produtos da cultura popular. No ano de 1978, com a ajuda financeira da UNESCO, Portugal elaborou uma monografia sobre a política cultural portuguesa, à semelhança das monografias elaboradas por diversos Estados, que a UNESCO publicava regularmente.

Ainda a nível cultural, a organização disponibilizou serviços consultivos postos à disposição dos Estados-Membros, para auxiliar as administrações nacionais a avaliar os seus sistemas culturais e a elaborar planos de desenvolvimento cultural, em função dos objetivos e prioridades de uma polícia nacional de cultura⁷⁷.

Por fim, o Comité Científico para a redação da História Geral em África⁷⁸ bem como o Diretor-geral, solicitaram a colaboração de Portugal nos seus trabalhos, através dos seus arquivos históricos e de alguns historiadores portugueses. Estes trabalhos revestiam-se de grande importância, na perspetiva da compreensão internacional, pela “apreciação mútua de culturas, pelos aspectos interculturais

⁷⁶ AHD, CLT, M. 473, “Notas sobre formas de cooperação entre Portugal e a UNESCO”, 1977.

⁷⁷ AHD, CLT, M. 473, Apontamento do Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Londres, Dr. José Cutileiro, sobre a cooperação entre Portugal e a UNESCO, 1977.

⁷⁸ Projeto iniciado em 1964, constituído por 8 volumes. Disponível em Português e para acesso gratuito, através da Fundação Calouste Gulbenkian (<https://proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/colecao-historia-geral-da-africa-em-8-volumes-traduzidos-para-portugues-e-totalmente>, consultado em 2020.22.12).

e pela evidência dos laços históricos e da solidariedade contemporânea entre as diferentes culturas.”⁷⁹.

No domínio das relações internacionais, a UNESCO promove vários congressos e um Estado-Membro pode propor-se a ficar responsável pela sua organização. A esse propósito, foram vários os exemplos de manifestações de carácter cultural no âmbito da UNESCO que decorreram em Portugal, desde reuniões, como “Ciência e Mundo Contemporâneo”, realizada no Porto e em Lisboa, de 16 a 19 de outubro de 1977 e “Riscos que Incorrem os Bens Culturais Mobiliários” que decorreu em Lisboa de 4 a 12 de abril de 1978, na Fundação Calouste Gulbenkian, patrocinada pela UNESCO; a congressos, como o “Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património de Alcobaça” que decorreu em abril de 1978; e por fim, diversas missões de estudo como a Missão de Estudo do Consultor François Roucardes sobre a “Reabertura do Teatro Nacional Dona Maria II”, e a Missão de Estudo do Professor André Casadevall sobre “Organização e Gestão dos Estabelecimentos do Ensino Superior”, ambas realizadas em 1977⁸⁰.

De destacar, que parte da sessão de outubro do Conselho Executivo da UNESCO, entre 7 e 10 de outubro de 1977 foi realizada em Portugal, constituindo “uma distinção excepcional feita ao nosso país”. O número total de visitantes foi de 130, porque apesar de o Conselho ser constituído por 45 membros, a delegação incluiu, igualmente, os respetivos cônjuges e funcionários do secretariado, ficando a cargo do Governo português as despesas de transporte aéreo entre Paris e Lisboa, o alojamento e o regresso.⁸¹

Por fim, em termos de cooperação, o Diretor-geral demonstrou o seu interesse em receber mais candidaturas de especialistas portugueses para ocupar cargos de consultores ou peritos na UNESCO, e reforçou o compromisso da criação da Comissão Nacional, num futuro muito próximo, o que acabou por suceder em 1979, pelo Decreto-Lei 218/79 de 17 de julho⁸².

Em carta remetida à delegada permanente em Paris, Maria de Lourdes Pintasilgo, datada de dezembro de 1977, M’Bow referiu que a sua estadia em Lisboa, embora breve, revelou-se “um prazer pessoal e uma experiência extremamente enriquecedora”. A consciência da importância depositada na

⁷⁹ AHD, CLT, M.474, Aide Memoire, agosto 1977, p. 4.

⁸⁰ AHD, CLT, M 425 A, “Manifestações de Carácter Cultural no Âmbito da UNESCO que Decorreram em Portugal”, 5 de julho de 1978.

⁸¹ AHD, CLT, M 425, Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 julho de 1977.

⁸² Diário da República n.º 77/2003, Série I-A de 2003-04-01 (<https://dre.pt/>, consultado em 2020.22.12).

UNESCO por todas as altas personalidades com quem reuniu em Portugal, “constitui encorajamento e estimulação”⁸³.

Já Maria de Lourdes Pintasilgo destacou a importância da colaboração portuguesa em programas de âmbito mundial, referindo que Portugal dispõe de técnicos e intelectuais com capacidade para darem todo o seu contributo nas diversas áreas da organização.

Recordando que se, poucos anos antes, nomeadamente, nas Conferências Gerais de 1966 a 1968, nunca palavras “tão duras foram dirigidas a nenhum país como aquelas que foram dirigidas a Portugal”, esta visita permitiu ao Diretor-geral da UNESCO ter um contacto próximo com a nova realidade sociocultural portuguesa, conhecendo de perto os problemas “com que se debate o nosso país e o projecto de sociedade em transição para o socialismo, que estamos a criar”.

Nas palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, a visita de Amadou-Mahtar M'Bow exprimia o interesse que a UNESCO tem por Portugal depois das profundas transformações que o país passou nos últimos três anos⁸⁴.

Conclusão

A readmissão de Portugal na UNESCO deu-se em outubro de 1974, durante a 18.^a Conferência Geral, realizada em Paris. Contrariamente ao verificado durante os regimes salazarista e marcelista, em que foi alvo de duras críticas nas mais importantes reuniões da organização, Portugal enfrentava agora um novo caminho junto da UNESCO.

Enquanto Estado-Membro, a participação portuguesa a partir de 1975 foi ativa e competente. As relações diplomáticas com a UNESCO foram-se, progressivamente, fortalecendo, exemplo disso foi a visita a Portugal do Diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, em agosto de 1977, por convite da delegação permanente.

Durante a visita de três dias, M'Bow reuniu com importantes personalidades como o Secretário de Estado da Investigação Científica, Tiago de Oliveira, o Presidente da República, Ramalho Eanes, o Primeiro-Ministro, Mário Soares, e o Secretário de Estado da Emigração, José Lima.

A visita destacou-se pela confiança por parte da UNESCO, num novo Portugal, democrático e defensor da autodeterminação e liberdade dos povos,

⁸³ AHD, CLT, M.474, Carta de Amadou-Mahtar M'Bow a Maria de Lourdes Pintasilgo, 20 de dezembro de 1977.

⁸⁴ *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1977, p. 11.

plenamente disponível para quebrar o isolamento e as dificuldades que impediam outrora o país de se integrar, totalmente, no seio de organização.

Esta visita permitiu o desenvolvimento de importantes áreas sob domínio da organização, através da visita de funcionários da UNESCO na qualidade de consultores a Portugal, no auxílio na coordenação e reorientação da política científica portuguesa, e ainda colocando a UNESCO à disposição portuguesa, os seus especialistas, bolsas e estágios de formação, equipamentos e financiamento para vários projetos.

Para além de definidas as várias formas de cooperação entre Portugal e a UNESCO, esta visita permitiu ao Diretor da UNESCO contactar de perto com a nova realidade portuguesa, conhecendo quais os problemas e necessidades em cada área, demonstrando a intenção da organização em garantir o envolvimento português nas demais atividades sob o seu domínio.